



→ **O acesso à água e ao saneamento básico são direitos humanos fundamentais** e, como tal, consagrados pela Resolução das Nações Unidas 64/292 de 28 de Julho de 2010. No OGE 2019 revisto, ao sector da água, saneamento e higiene está afecto um montante de 10 400 865 675 100 Kz. Este nível de investimento mantém-se muito longe da meta de 3,5% do OGE, a qual foi reconhecida internacionalmente como a meta necessária para que os países da África Subsariana alcancem os ODS até 2030 (Diagnóstico das Infra-Estruturas em África Orientado por País, Banco Mundial). Já se tomarmos em consideração o ano de 2014 como ano de base, constata-se que o orçamento global dedicado ao sector terá diminuído na ordem dos 80%.

→ Segundo o IIMS 2015-2016, **apenas 32% dos agregados familiares têm instalações sanitárias apropriadas e somente 53% têm acesso a uma fonte de água apropriada**. A taxa de saneamento em áreas urbanas ascende a 42% e em áreas rurais é 11%. Já a taxa de abastecimento de água em zonas urbanas está estimada em 67% em contraposição uns escassos 32% nas áreas rurais. Refira-se também que o índice de Lavagem de Mãos situa-se em apenas 36%, que a mortalidade infantil em crianças menores de 5 anos causada por diarreia está nos 15% e que a taxa de defecação ao ar livre é 33%. Calcula-se ainda que 25% da desnutrição seja atribuível a cinco ou mais episódios de diarreia antes dos 24 meses de idade.

A função de abastecimento de água sofre uma das reduções mais pesadas, na ordem dos 40%, entre 2018 e 2019. De facto, a função passa de um montante orçamentado de 172 mil milhões de kwanzas, em 2018, para apenas 103 mil milhões de kwanzas neste OGE. Esta opção carece de ser acompanhada por uma explicação adicional, na medida em que a questão do acesso à água continua a ser causa de extrema preocupação, sobretudo no sul do país. **A segunda maior função do sector refere-se ao saneamento básico e a mesma apresenta, entre 2018 e 2019, uma redução de 27%.**

→ **O programa Água para Todos representava, em 2018, 0,11% do valor global do OGE.** Até esse ano, o programa tinha permitido a construção de 3313 pontos de água e 1154 pequenos sistemas de abastecimento de água, cuja taxa de operacionalidade era estimada em apenas 60%, segundo os dados apresentados pelo PDN 2018-2022. Este ano, o programa Água para Todos representa 0,05% do total do OGE. A distribuição dos programas pelas províncias é relevadora da existência de assimetrias que tendem a afectar, sobretudo, as províncias atingidas pela seca (Namibe, Huíla e Cunene).

→ O Programa de Saneamento Total Liderado pela Comunidade e Escola (STLCE) constitui uma experiência extremamente importante de sucesso na melhoria das condições de saneamento básico nas

comunidades a custos bastante baixos. **O STLCE começou a ser implementado em 2008 e até ao presente momento foram abrangidas 400 comunidades, das quais 172 foram declaradas como comunidades livres de defecação ao ar livre.** Globalmente, a experiência tem demonstrado ser possível melhorar as condições de saneamento básico com um investimento médio de apenas 1700 Kz por pessoa e por ano.

Entre 2017 e 2019, o orçamento do programa do STLCE foi reduzido muito significativamente, passando de 105 610 903 Kz para 44 874 543 Kz. **Estima-se que, para ter 100% das suas aldeias rurais sem defecação ao ar livre até 2030, Angola terá de implementar o STLCE em 2093 aldeias em 2019.** De acordo com exemplos de orçamentos municipais elaborados em 2015, o custo de implementação numa aldeia varia entre 150 e 500 mil kwanzas por ano. Estimando um custo médio de intervenção por aldeia de 300 000 Kz/ano, a intervenção em 2093 aldeias terá um custo de 627 900 000 Kz/ano.

→ Outra tendência reencontrada neste OGE prende-se com a distribuição dos recursos do sector por província. A alocação deverá obedecer às características e às necessidades concretas de cada contexto, tais como o impacto da seca, os recursos hídricos existentes, a densidade populacional, o tipo de povoamento, etc.



→ Por fim, é preciso atentar nos graves efeitos da crise climática. Em 2018, as províncias mais severamente afectadas pela seca eram aquelas que tinham um menor investimento *per capita*: Cunene (189 Kz/*per capita*), Huíla (62 Kz/*per capita*) e Namibe (1058 Kz/*per capita*). Este cenário persiste em 2019: **a distribuição dos programas pelas províncias é relevante da existência de assimetrias que tendem a afectar, sobretudo, as províncias atingidas pela seca (Namibe, Huíla e Cunene).**